

Formação do leitor crítico através da aprendizagem baseada em problemas (ABP)

Glauce Maciel Barbosa Pereira
(doutoranda Educação/ USAL)

Resumo: Este trabalho objetiva sinalizar a necessidade do redimensionamento da metodologia de ensino de Língua Portuguesa para estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, na Escola Maria Quitéria da rede pública estadual de ensino, localizada em Feira de Santana, Bahia, Brasil, alicerçado nos pressupostos do enfoque educativo Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). O objetivo é formar leitores críticos, através de estratégias que visem abordar textos de diversas tipologias e gêneros, literários e não-literários. Essa pesquisa foi realizada à luz da metodologia da pesquisa-ação, acompanhada das seguintes técnicas e instrumentos de coleta de dados: grupo focal com estudantes, questionário aplicado aos sujeitos pesquisados, observação natural pela autora e um pré-teste para verificação do nível de proficiência leitora dos sujeitos pesquisados. A análise dos dados revelaram que se torna premente a implementação de uma nova forma de intervenção na realidade investigada. Comprovou-se, com base nos referenciais teóricos adotados na pesquisa, que a aplicação da metodologia da Aprendizagem Baseada em Problemas poderá redimensionar o trabalho pedagógico promovendo a formação de leitores críticos, ampliando o repertório de leitura destes leitores, através do acesso a diversos textos e fomentando uma mediação desafiadora em prol da formação de leitores.

Palavras-Chave: Língua, Formação de leitores, Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), Leitura crítica.

Introdução

Esta investigação está alicerçada nos problemas existentes na educação brasileira, mais especificamente no 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Maria Quitéria situada na cidade de Feira de Santana – Bahia, no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem da disciplina Língua Portuguesa.

Partindo do pressuposto de que o pensamento crítico não é trabalhado nas salas de aula, o que se forma são alunos repetidores e memorizadores, fortalecendo o tradicionalismo da verdade única ‘ensinada’ pelo professor que nesta perspectiva é o único detentor do saber. Dessa forma, para que haja, efetivamente, a mudança nos métodos da educação brasileira, faz-se necessário que o professor não seja mais um difusor do conhecimento e sim um facilitador, que incentive a aprendizagem e o pensamento dos alunos. Na esteira desse pensamento, surgiu no Canadá, na década de 1960, uma renovação do pensamento pedagógico conhecida como Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), usada desde então com sucesso na educação superior, em países como a Holanda, por exemplo. E que no Brasil, a ABP, passa a ganhar espaço apenas na década de 1990, no Ceará, na Escola de Saúde Pública, com vistas à formação de profissionais mais adaptados à realidade do mundo contemporâneo.

A ABP é um enfoque educativo orientado para a aprendizagem e a instrução, onde os alunos abordam problemas reais em pequenos grupos sob a orientação de um facilitador.

Nesse sentido, uma proposta de currículo ABP (Aprendizagem Baseada em Problemas) objetiva a autonomia do educando, estimulando a construção baseada nos seus saberes prévios associado aos conhecimentos abstraídos, com vistas ao desenvolvimento e respeito mútuo, e estimulando a liberdade de expressão. A ABP apresenta seu modo de operação associado ao construtivismo, já que parte do pressuposto de que o conhecimento não é absoluto, mas construído pelo estudante através de seu conhecimento compartilhado e de mundo. Outro benefício com a aplicação do método ABP é o estabelecimento de relações entre os conceitos adquiridos e novos problemas, motivando os estudantes, o que reforça a necessidade de um redimensionamento das práticas pedagógicas em prol de um ensino mais eficiente. Com vistas a contribuir para melhorar esse cenário, intenciona-se a implementação do ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa no 6º ano do Ensino Fundamental da rede pública estadual de Feira de Santana, Bahia, alicerçados na ABP, contribuindo com os alunos no sentido de apropriação do conhecimento em ambiente cooperativo, estimulando sua capacidade reflexiva através de proposições de problemas baseados na realidade.

Formação do leitor

Diante do explicitado anteriormente, entende-se a educação em consonância com (SILVA, 2005: 77) como um “projeto (mais do que processo), pois recuperando os significados em circulação no contexto social, podem-se propor outros abrindo perspectivas para novas formas de existência”. Assim, fica evidente que a educação é capaz de proporcionar a transformação do homem e do mundo. Mas para que essa mudança ocorra se faz *mister* que o homem se alforrie das amarras que o imobilizam intelectualmente e exercite a sua capacidade dialética da libertação. Dessa forma, é através do ato de ler que essas “amarras” vão se flexibilizando cedendo assim espaço para a formação de uma consciência crítica. Entretanto, as dificuldades encontradas para a expansão da leitura são desde as questões socioeconômicas até a falta de promoção de situações estimuladoras dessas leituras. Fomentar o contato entre o possível leitor e o objeto escrito: o texto; significaria propiciar ao leitor uma possibilidade de vivenciar uma experiência de autonomia rechaçada pelo sistema vigente (SILVA, 2005). Na visão bancária da educação

segundo (FREIRE, 2005: 68): “quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformação dele”. Nessa percepção o sistema, Estado, controla mais facilmente as massas e assim suas perspectivas políticas se cristalizam sem muita resistência. A habilidade de ler contribui para que o homem torne-se mais atento à vida e ressalta Kafka (*apud* MANGUEL, 1997: 109): “Ler para fazer perguntas”, portanto, não será interessante para o Estado formar leitores críticos por que este prefere ignorar a ignorância. Nessa perspectiva, os formadores de opinião, educadores, têm como modelo apresentado pelo Estado a concepção bancária, denominação que Freire atribui à chamada educação alienante, em que o conhecimento disseminado pela escola deve atender aos anseios do poder dominante, em contrapartida atuam os educadores “subversivos” com uma percepção ampliada sobre as manobras engendradas pelo poder com objetivo de ampliar a capacidade de defesa contra a opressão, através da concepção libertária.

Ler não significa apenas decifrar o código, mas, sobretudo descobrir o sentido intrínseco nas letras e nos códigos. A leitura ou o ato de ler tem a função de possibilitar a ampliação dos horizontes e não somente responder a questões imediatas. Nesse sentido, a leitura deve estar muito distante de ser a mecanizada, ou seja, não viabilizadora de novos significados. Aquela em sentido lato é a condição para uma formação libertária, é o passaporte para o acesso à cultura e, que deveria ser um projeto da escola. O tipo de leitura tratada aqui é a leitura crítica, ou melhor, objetivando a construção de novas perspectivas através de textos. Seria um exercício de leitura em que o sujeito leitor toma consciência de que a prática de sua consciência sobre o texto escrito não objetiva simplesmente a retenção ou a memorização do conteúdo contido nele, mas algo que se sobrepõe a mera decodificação que é a ação de compreender e criticar. Nessa perspectiva afirma (SILVA, 2005: 78) que esse tipo de leitura tende a ser: “Muito mais que um simples processo de apropriação de significado; a leitura crítica deve ser caracterizada como um projeto, pois se concretiza numa proposta pensada pelo ser no mundo, dirigido ao outro”. O ato de ler pode ser desde uma leitura “inocente” que segundo (JOUVE, 2002: 28) trata-se: “primeira leitura, aquela que segue o desenvolvimento linear do livro” e há ainda a mais elaborada ou “experiente” que de acordo com esse autor ocorre quando: “o leitor, ou melhor, o “releitor”,

pode utilizar seu conhecimento aprofundado do texto para decifrar as primeiras páginas à luz do desfecho”.

Para (FREIRE, 2005) a leitura nessa perspectiva é a condição para uma formação libertadora, condição ideal para o desenvolvimento da cultura que deveria ser desenvolvida na escola. Nessa perspectiva, no início da década de 40, John Dewey reforça esta postura ao considerar que qualquer sessão educativa deve começar com uma experiência cognitiva/afetiva que suscite a reflexão do aluno e afirma que “*ajudar os alunos a pensar*” é uma finalidade do ato educativo. Um desses pressupostos do pensamento crítico é, exatamente, o estímulo ao desenvolvimento de uma habilidade básica como a da leitura e a escrita e que, como estes, devem ser trabalhados de forma direta. Intenta-se, portanto, ensinar essas técnicas de forma direta e não de forma indireta como geralmente é feito nas escolas através das disciplinas ensinadas e nem sempre aprendidas de maneira significativa. Em contrapartida estão os métodos e propostas pedagógicas que visam a obtenção do conhecimento pelo caminho mais iluminado. Assim

o educador faz conexão entre educação e experiências reais torna-se responsável por tarefas mais sérias e mais difíceis. Ele deve estar atento às potencialidades das experiências para levar os alunos a novos campos que pertencem a essas experiências e deve usar o conhecimento dessas potencialidades como critério para a seleção e organização das condições que influenciam na experiência presente dos alunos (DEWEY, 2010: 79).

Nas situações didáticas desenvolvidas no ensino de leitura, o professor deve priorizar a formação de um sujeito capaz de interagir com o que lê e que esteja disposto a participar efetivamente desse movimento da leitura atuando de forma participativa buscando recuperar, compreender criticamente as informações transmitidas pelo autor. Sendo assim, esse trabalho não poderia propor a implementação de um método com os pressupostos teóricos da ABP sem enfatizar a importância do estímulo à formação do leitor capaz de inferir sobre o que lê, ou melhor, o leitor crítico, uma vez que todas as atividades baseadas neste enfoque educativo estimulam o raciocínio crítico e criativo do aluno. E a fim de ampliar as possibilidades de leitura foram utilizados textos de diversas tipologias e gêneros, literários e não-literários objetivando contemplar as preferências dos diversos tipos de leitores.

O cenário do ensino e aprendizagem da língua portuguesa na bahia-brasil

Diante da concepção de que educar é colocar problemas a partir dos quais seja possível reestruturar os conteúdos escolares, a fim de que os educandos possam avançar na resolução dos mesmos e, também, de que a educação atual ainda preserva traços tradicionalistas, ainda que estes se misturem a tendências modernas, faz-se necessário traçar um panorama da educação atual no Brasil e, mais especificamente, em nossa área de estudo, o município de Feira de Santana, Bahia. Mais precisamente, em meados do século XX, sentiu-se a necessidade de reorganização do Ensino Fundamental, o que possibilitou muitas discussões sobre o tema. Além disso, a emergência de um desenvolvimento em muitos setores da sociedade fez com que o ensino tradicional fosse considerado retrógrado. A maioria dos métodos de ensino iguala todos os educandos, como se os esses tivessem que realizar as mesmas aprendizagens, independente de suas particularidades, o que os leva ao fracasso escolar. Não se tem levado em consideração, também, que muitas vezes os alunos são reprovados nas avaliações devido à tensão causada pelo método tradicional. Há que se considerar, como forma de avaliação, todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas um documento. Percebe-se nitidamente em algumas salas de aula uma relativa apatia do professor em relação às individualidades do aluno, ao passo que este se limita a receber os conteúdos prontos, agindo como sujeito passivo-receptor. Porém, o espaço escolar tem como papel importante o de tornar o processo educativo prazeroso e dinâmico, priorizando o indivíduo, além de respeitar seus limites e levar em consideração suas dificuldades. Por sua vez, o professor de Língua Portuguesa deve atuar no sentido de propiciar a formação de cidadãos conscientes e reflexivos, aptos a solucionar conflitos e prontos para se inserir na sociedade de maneira efetiva enquanto produtor de soluções, deixando para trás o tradicionalismo em busca de práticas educativas pertinentes ao contexto social, promovendo, então, um salto qualitativo na educação brasileira.

A partir da observação da realidade dos alunos de 6º ano do Ensino Fundamental, da Escola Maria Quitéria situada em Feira de Santana – Bahia, com faixa etária entre 10 e 12 anos, e com baixo nível de proficiência leitora e, conseqüentemente, com dificuldades no processo de aquisição da aprendizagem, esta pesquisa busca o redimensionamento da prática educativa através do método da Aprendizagem Baseada em Problemas, no intuito de promover uma mudança significativa na realidade da educação brasileira e, mais especificamente, na região pesquisada. Assim, as dificuldades de leitura e escrita dos estudantes de Educação Básica, podem ser explicadas pelo fato de a leitura se limitar à decodificação mecânica de símbolos gráficos, em detrimento do prazer. Além disso, há uma estereotipagem dos alunos, entre os que ‘sabem’ e os que ‘não sabem’ ler, ou seja, os que podem evoluir e os que não devem evoluir, sendo retidos pelo sistema e pela vida. Como afirmado anteriormente, esse fracasso do ensino de Língua Portuguesa está ligado ao tradicionalismo no ensino da disciplina, que não tem permitido uma interação entre os

conhecimentos trabalhados em sala de aula e o contexto dos alunos aliado aos conhecimentos prévios dos mesmos, dificultando assim uma aprendizagem efetiva. Nesse sentido, esta proposta tem como objetivo a aplicação de um método de ensino que promova um ensino de língua mais eficiente no processo de interação comunicativa entre o educando, a língua, a leitura e as situações-problema. Uma vez que a língua é conceituada como sendo uma atividade essencialmente social, referência cultural e um meio para representação do mundo entende-se que ela se relaciona com a cultura e, conseqüentemente, à variedade lingüística dos seus usuários. Dessa forma, a escola deve respeitar a pluralidade implícita nesse processo, haja vista que, antes mesmo de ingressarem na escola, os alunos desenvolveram um vocabulário próprio, referendado por sua família e meio social, o que sugere a inserção em um mundo plurilíngüe culturalmente diverso.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o ensino de Língua Portuguesa deve se basear em um conjunto de atividades que propiciem ao aluno o desenvolvimento da expressão oral e escrita, a capacidade de compreensão em situações de interação, valorizando o contexto de produção, além das dimensões semânticas e gramaticais, o que sugere o estímulo e desenvolvimento de quatro competências: ouvir, falar, ler e escrever. Não se deve perder de vista que existe previamente uma interação entre elas, uma vez que a língua possui um caráter oral (ouvir/falar) e um escrito (escrever/ler) e estas competências, educacionalmente se complementam, devendo, portanto ser trabalhadas conjuntamente (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o professor de Língua Portuguesa pode contribuir através da construção de situações-problema, para que o aluno desenvolva-se cognitivamente, passando a atuar como produtor do saber, produtor textual, percebendo-se como autor, o que tornará as aulas de Língua Portuguesa práticas sociais de alcance político. Assim, a promoção da interação entre indivíduos sugere compreensão, não apenas como leitura da palavra, mas também como leitura de mundo, haja vista a leitura ser uma atividade constitutiva de sujeitos capazes de interagir e atuar no mundo como cidadãos (FREIRE, 1994). Nesse contexto, o professor deve orientar o aluno ajudando-o a encontrar a forma mais adequada de resolver problemas, refletir sobre eles, analisar situações, encontrar e relacionar informações, permitindo que ele encontre suas próprias alternativas e as comprove, garantindo uma aprendizagem significativa. Para isso, o educador deve

redimensionar seu planejamento, sua prática, combinando ação, interação, experiencição, e debates, entre outros elementos, com vistas à construção do conhecimento do aluno, integrando áreas do conhecimento, o que é a proposta da ABP. Dessa forma, através da variedade de situações reais, o professor reafirmaria a importância de ler em nossa sociedade, propiciando a leitura de textos que abordassem temas relacionados ao cotidiano do aluno, estimulando o interesse pela leitura e, conseqüentemente, a reflexão sobre o mesmo, exercitando sua capacidade de raciocínio.

Falando sobre a abp

O enfoque pedagógico ABP (Aprendizagem Baseada em Problemas) surgiu na década de 1960 no Canadá, e em 1990, no Brasil, traduzindo-se em uma renovação do pensamento pedagógico usada desde então com sucesso na educação superior, há exemplo de países como a Holanda. Conforme essa metodologia, o professor constitui-se como tutor de um pequeno grupo, com no máximo 10 alunos, devendo atuar como facilitador do processo de aprendizagem com vistas à resolução de um problema, contando com a ajuda de um relator e um coordenador, escolhidos entre os estudantes. O currículo não é organizado em disciplinas, mas sim em blocos temáticos ou unidades, com base na interdisciplinaridade, entendida como essencial neste processo. A proposta gira em torno da não fragmentação do saber e do estímulo à criatividade.

A ABP é um processo educativo que se faz de forma colaborativa, construindo modelos mentais coerentes com os problemas apresentados, que devem se basear no contexto dos alunos. Além disso, há a internalização de novos conhecimentos que são acrescentados aos conhecimentos prévios, promovendo a aprendizagem efetiva e contextualizada, o que permite que se recupere tais conhecimentos para a resolução de problemas similares, encontrados posteriormente na vida comum. De acordo com Dewey (*apud* DELISLE, 2000: 06):

os métodos que têm sucesso permanente na educação formal[...] relacionam-se com o tipo de situação que é um reflexo do que se passa fora da escola, na vida comum. Eles dão aos alunos algo para fazer, não para aprender; e a natureza do que têm que fazer exige-lhes raciocínio ou a observação intencional de relações; aprender resulta naturalmente.

Uma vez que são os estudantes os próprios responsáveis pelo que e como deve ser aprendido, a motivação surge aliada ao envolvimento, fato que ocorre devido à familiaridade com o conteúdo, uma vez que este está presente na realidade do aprendente. Assim, entende-se a ABP como a saída para minimizar o problema referente à proficiência de leitura na área de estudo, diminuindo o índice de reprovação no 6º ano do Ensino Fundamental, promovendo a capacidade de raciocínio lógico dos estudantes e formando cidadãos-leitores capazes de interagir com o mundo. Nesse sentido,

estudar língua é então tentar detectar os compromissos que se criam por meio da fala e as condições que devem ser preenchidas por um falante para falar de certa forma em determinada situação concreta de interação. [...] No ensino da língua, nessa perspectiva, é muito mais importante estudar as relações que se constituem entre os sujeitos no momento em que falam do que simplesmente estabelecer classificações e denominar os tipos de sentenças (GERALDI, 1997: 42).

Essa afirmação reforça a necessidade de implementação do método ABP no *locus* da pesquisa, de forma a melhorar o desempenho dos educandos, libertando-os do rótulo de “deficientes verbais”, haja vista que a Língua Portuguesa é uma das mais importantes das disciplinas escolares, já que todos necessitam da linguagem para se expressar. Assim, faz-se necessário confirmar se a principal causa da crise na educação brasileira passa pelo fracasso no aprendizado de Língua Portuguesa. Nesse sentido, nossa proposta tem como premissa aliar as bases da ABP à contribuição de teóricos sócio interativistas ao ensino de língua materna, com vistas a diminuir a “deficiência” dos estudantes quanto à proficiência em leitura e escrita no cenário da pesquisa.

Diretrizes metodológicas

Com base em tudo o que foi discutido anteriormente, o objetivo desse trabalho se apresenta ao sinalizar algumas dificuldades no ensino da língua e indicar a aplicação do método ABP como forma de minimizar os problemas relacionados à ampliação da capacidade leitora dos educandos. Assim, busca-se fazer uma análise aprofundada, através da abordagem qualitativa pesquisa-ação, dos dados coletados. A pesquisa se consistiu no diagnóstico do nível de compreensão leitora em que se encontravam os sujeitos da pesquisa através do pré teste que sinalizou o desenvolvimento proximal dos alunos, ou melhor, aquilo que já eram capazes de fazerem sozinhos. De acordo com Luchetti & Berlanda (*apud* PIMENTEL, 2007: 154) diagnosticar significa: “O processo através do qual conhece o estado ou situação em que se encontra algo ou alguém, como a finalidade de intervir, se necessário.” A partir da constatação do nível de capacidade leitora dos alunos foram

estabelecidas, pela pesquisadora, quatro categorias que contribuirão para sinalizar um crescimento desta capacidade entre os sujeitos analisados; a saber: A categoria denominada Decodificação consiste em o sujeito traduzir o código escrito em código oral, sem garantir sentido e significado, ou seja, sem entendimento do texto; Compreensão sincrética: o sujeito procura atribuir sentido global para o texto a partir da atribuição de significado a palavras isoladas do texto; Compreensão literal: Há a garantia do significado constituído pelo autor, considerando a coerência do texto. O sujeito extrai apenas a informação explícita no texto; Compreensão de entrelinhas: O sujeito reflete sobre o texto, fazendo inferências sobre o implícito.

Assim, foram atribuídas categorias de análise de compreensão leitora para categorizar o nível de compreensão leitora desses sujeitos a partir do pré-teste. O passo seguinte foi realizar a verificação de desempenho tomando como base os resultados desse instrumento. Constatou-se que 5 desses sujeitos eram repetentes do 6º ano do Ensino Fundamental II, em uma turma composta por 29 alunos (15 meninos e 14 meninas) e ainda que a grande maioria dos investigados encontravam-se nos níveis de compreensão leitora: literal e sincrética. Portanto, um percentual significativo encontrava-se com déficit em compreensão leitora, fato preocupante, tendo em vista que desses 29 alunos, 3 ou 10,3% deles apenas decodificavam textos, 10 alunos ou 34,4% dos alunos estavam no nível da compreensão sincrética, 14 alunos ou um percentual de 48,3% tinham a compreensão literal dos textos trabalhados e apenas 2 alunos ou o equivalente a 6,9% da turma enquadrava-se na categoria de compreensão das entrelinhas um número insignificante em se tratando do 6º ano do Ensino Fundamental II em que se pressupõe que esses sujeitos já dominem a leitura, uma vez que as diretrizes pedagógicas que norteiam esse nível de ensino, pelo menos na teoria, preconizam a apropriação e o domínio da leitura nessa fase. Destarte, essa investigação tem o intuito de apontar o nível de compreensão leitora dos sujeitos investigados, fazendo-se necessário registrar que o avanço nessas categorias significa transcender às características identificadas na categoria anterior, auxiliando para a percepção do desenvolvimento de cada sujeito e, por conseguinte, a sua zona de desenvolvimento proximal (PIMENTEL, 2007). Os dados aludidos resultantes da aplicação do pré-teste evidenciaram que a grande maioria dos sujeitos pesquisados de acordo com a categorização estabelecida, nessa pesquisa, estão nos níveis de compreensão leitora muito aquém do esperado para a série em que se encontram, conforme o preconizado na LDB (Lei de Diretrizes e Bases).

Considerações iniciais

Os resultados obtidos através da aplicação do pré teste revelaram uma baixa proficiência em leitura por boa parte dos sujeitos pesquisados. Por outro lado, evidente, também, é a significância do método ABP no sentido de construir um novo modelo de educação, mais atual, dinâmico e passível de resultados eficientes e eficazes no que tange à proficiência em leitura. Com base nesses pressupostos e nos resultados alcançados, reafirma-se a hipótese de que a metodologia da Aprendizagem Baseada em Problemas é a resposta efetiva para a melhoria nos resultados das pesquisas sobre os índices relativos às deficiências no ensino de leitura, bem como, possibilitará a construção da autonomia dos educandos no universo ao qual estão inseridos, ou seja, permitirá a estes a sua participação enquanto sujeitos ativos no processo de formação de sua própria cidadania. Face ao exposto, indica-se, então, a aplicação da ABP nos vários e distintos cenários educativos do Brasil.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- DELISLE, Robert. *Como realizar a Aprendizagem baseada em Problemas*. Lisboa: Asa Editores, 2000.
- DEWEY, Jonh. *Experiência e Educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 29. ed. São Paulo Cortez, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.
- JOUVE, Vincent. *A leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da Leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PIMENTEL, Suzana Couto. *Mediação para Compreensão Leitora: Uma estratégia didática*. Feira de Santana: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, julho/dezembro 2007, p.151-171, nº 37.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *O Ato de Ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.